



Estado de Pernambuco  
Prefeitura Municipal do Surubim

L E I Nº 017 /89

EMENTA: Dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Município e dá outras providências

O Prefeito do Município de Surubim.

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A presente Lei institui o regime Jurídico do Pessoal do Magistério de 1º e 2º Graus, vinculados ao serviço público municipal.

Art. 2º - Este Estatuto atendendo o princípio da valorização do profissional, visa assegurar:

- I - a estruturação da carreira do professor de acordo com a qualificação, aperfeiçoamento profissional, nível de desempenho e tempo de serviço;
- II - oportunidade de atualização e aperfeiçoamento do pessoal do Magistério Público Municipal.

Art. 3º - O Magistério como profissão compreende os cargos de direção da escola, supervisão ou coordenação e docência.



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

02.

Art. 4º - Os cargos de Direção, de Supervisão e de Docência serão classificados, considerando-se a natureza das tarefas, e habitação do servidor.

**TÍTULO II**

**Da Carreira do Magistério**

**CAPÍTULO I**

**Conceito e Organização**

Art. 5º - Ficam criadas as seguintes classes de cargos celetistas do Magistério: Classe de Professor de 1º Grau Maior e 2º Grau com Licenciatura; Classe de Professor de 1º Grau Maior e 2º Grau sem Licenciatura; Classe de Professor de 1º Grau Menor com Magistério; e Classe de Professor de 1º Grau Menor sem Magistério.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os cargos serão de carreira e agrupados em símbolos correspondentes a cada classe, na seguinte ordem crescente: Cargos da Classe de Professor de 1º Grau Maior e 2º Grau com Licenciatura com símbolos MNU-5, MNU-4, MNU-3, MNU-2 e MNU-1; Cargos da Classe de Professor de 1º Grau Maior e 2º Grau sem Licenciatura com símbolos MSL-5, MSL-4, MSL-3, MSL-2 e MSL-1; Cargos da Classe de professor de 1º Grau Menor com Magistério com símbolos CM-5, CM-4, CM-3, CM-2 e CM-1; e Cargos da Classe



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

03.

de Professor de 1º Grau Menor sem Magistério com símbolos SM-5, SM-4, SM-3, SM-2 e SM-1.

Art. 6º - A remuneração dos Cargos da Classe de Professor de 1º Grau Maior e 2º Grau com ou sem Licenciatura será o correspondente a hora/aula.

Art. 7º - Fica aprovada a seguinte tabela de salário/aula:

MNU-5 .....	1,46
MNU-4 .....	1,33
MNU-3 .....	1,21
MNU-2 .....	1,10
MNU-1 .....	1,00

Art. 8º - Fica aprovada a seguinte tabela de salário:

CM-5 .....	97,24
CM-4 .....	92,61
CM-3 .....	88,20
CM-2 .....	84,00
CM-1 .....	80,00
SM-5 .....	85,08
SM-4 .....	81,03
SM-3 .....	77,17
SM-2 .....	73,50
SM-1 .....	70,00



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

04.

Art. 9º - Será condição mínima indispensável para o provimento dos cargos de que trata esta Lei:

- I - Curso Superior Completo de Licenciatura para os Cargos da Classe de Professor de 1º Grau Maior e 2º Grau com símbolos MNU-5, MNU-4, MNU-3, MNU-2, e MNU-1;
- II - Curso de 2º Grau completo para os cargos da Classe de Professor de 1º Grau Maior e 2º Grau sem Licenciatura com símbolos MSL-5, MSL-4, MSL-3, MSL-2 e MSL-1;
- III - Curso de Magistério completo para os cargos da Classe de Professor de 1º Grau Menor com Magistério com símbolos CM-5, CM-4, CM-3, CM-2 e CM-1.

Art. 10 - Serão extintos os cargos da Classe de Professor de 1º Grau Menor sem Magistério com símbolos SM-5, SM-4, SM-3, SM-2 e SM-1, à medida que estes se forem vagando.

**CAPÍTULO II**

**Do Provimento e da Promoção**

Art. 11 - O ingresso na Carreira do Magistério poderá dar-se indistintamente, em qualquer das diversas classes do Regente ou Professor.



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

05.

Art. 12 - O Regente que alcançar, por continuação de estudos, a escolaridade imediatamente superior será enquadrado segundo o nível correspondente ao seu Grau de instituição, desde que ocorra a vaga.

Art. 13 - Após a nomeação, considerar-se-á o funcionário durante dois anos de efetivo exercício em estágio probatório, aferindo-se sua aptidão para o exercício do cargo, mediante a apuração dos seguintes registros:

- I - Assiduidade
- II - Disciplina
- III - Eficiência

Art. 14 - Por tempo de serviço, à cada quatro (04) anos, serão promovidos os ocupantes dos cargos de que trata esta Lei até atingirem o tópo da carreira.

**TÍTULO III**

**Da Direção das Unidades Escolares**

Art. 15 - A Direção das unidades Escolares, integradas por um Diretor e um Vice-Diretor será exercida por professores nomeados pelo Prefeito, mediante indicação do Órgão Municipal de Educação.



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

06.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Por direção compreende-se os cargos de administração de escola, a serem providos com base em critérios de confiança ou segundo o que for estabelecido em regulamento.

**Art. 16** - Ao Diretor e Vice-Diretor e Professores responsáveis serão atribuídas gratificações de representação fixados por Lei Municipal.

**Art. 17** - Para a Direção de Unidades de 1ª Grau, onde funciona o ensino até a oitava série, dar-se-á preferência ao professor da classe com cargos de símbolos MNU-5, MNU-4, MNU-3, MNU-2 e MNU-1.

**Art. 18** - A jornada de trabalho será fixada segundo os critérios abaixo definidos:

- I - Quando a Unidade Escolar funcionar com um único turno será nomeado para a função de Diretor, com 04 horas diárias ou 100 horas mensais;
- II - Quando a Unidade Escolar funcionar com mais de um turno, será nomeado para a função de Diretor, um professor com 08 horas diárias ou 200 aulas mensais, ficando, neste caso o servidor impedido de lecionar em qualquer outra instituição do Município;
- III - Quando a Unidade Escolar atender no mínimo 210 alunos terá um professor responsável.



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

07.

Art. 19 - Os horários de trabalho do Diretor e do Vice-Diretor deverão ser compatibilizados, de modo a assegurar em cada turno a presença de pelo menos, um responsável pela Direção da Unidade Escolar.

**TÍTULO IV**

**Da Coordenação ou Supervisão Escolar**

Art. 20 - A função da Coordenação ou Supervisão, entendida como um conjunto de tarefas de orientação pedagógica ao Docente, deverá ser desempenhada por um professor designado pelo Prefeito, mediante indicação do Órgão Municipal de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Professor designado para a função de Coordenador ou Supervisor, deverá ter experiência mínima de dois anos, como docente.

Art. 21 - Considera-se como objeto de orientação pedagógica, o planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades educativas.

Art. 22 - A jornada de trabalho do Coordenador ou Supervisor será de no mínimo 100 horas/aulas e no máximo 200 horas/aulas mensais de acordo com sua qualificação profissional.



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

08.

**TÍTULO V**

**Da Docência**

- Art. 23 - Por docência compreende-se o conjunto de atividades realizadas com classe de alunos por professores.
- Art. 24 - A jornada de trabalho dos docentes de 1ª a 4ª série será de 100 horas/aulas mensais, em turno único e na mesma classe.
- Art. 25 - O Docente que atuar da 5ª série do 1º Grau a 3ª série do 2º Grau, terá a sua jornada de trabalho fixada em 20 horas semanais no mínimo, e 200 horas mensais no máximo.

**TÍTULO VI**

**Dos Direitos e Vantagens**

**CAPÍTULO I**

**Vantagens Especiais**

- Art. 26 - Além das vantagens previstas para os funcionários em geral, os ocupantes de cargo do Magistério farão jus as seguintes vantagens especiais:
- I - Remuneração para aulas em substituição;
  - II - Gratificação por localização;





Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

09.

- III - Gratificação por representação;
- IV - Remuneração por aulas excedentes;
- V - Abono de 10 faltas.

Art. 27 - O pagamento das aulas em substituição será feito a base do salário aula do docente substituído mediante comunicação do diretor do estabelecimento ao Órgão Municipal de Educação, indicando os motivos, o período de duração da substituição e o número de aulas efetivamente ministradas.

Art. 28 - A gratificação por localização poderá ser atribuída ao Docente que tenha exercício em unidades de ensino situadas em locais de difícil acesso ou de poucos recursos comunitários.

PARÁGRAFO ÚNICO - Anualmente o Órgão Municipal de Educação relacionará as Unidades consideradas de difícil acesso ou de poucos recursos comunitários.

Art. 29 - A gratificação por localização será concedida na forma prevista no Parágrafo Único do Art. 16.



Estado de Pernambuco  
**Prefeitura Municipal do Surubim**

10.

Art. 30 - A gratificação será automaticamente cancelada se o professor vier a ser removido para unidade não incluída na relação a que se refere o Parágrafo Único do Art. 28.

Art. 31 - A remuneração das aulas excedentes será feita à base do valor percebido pelo Docente, pelas aulas de obrigação.

**CAPÍTULO II**

**Do Aperfeiçoamento Profissional**

Art. 32 - Entende-se por aperfeiçoamento profissional a melhoria de qualificação do Docente dentro do respectivo nível de formação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A melhoria da qualificação poderá ser obtida através de cursos e treinamentos.

Art. 33 - Fica assegurado ao ocupante de cargo de que trata esta Lei, gozo de férias anuais remuneradas, com adicional de trinta e quatro por cento (34%) da remuneração mensal.

**CAPÍTULO III**

**Dos Afastamentos**



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

II.

Art. 34 - Durante as férias e licenças remuneradas, o Docente fará jus a todas as vantagens usufruídas no momento da respectiva concessão.

Art. 35 - O ocupante de cargo do Magistério terá direito a férias de trinta dias consecutivos, a serem gozadas em período de recesso escolar.

Art. 36 - Além dos casos previstos neste Estatuto e na Legislação em vigor, os Docentes somente poderão se afastar de suas funções, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens usufruídas no momento do afastamento para:

- I - Participar de programas de treinamento;
- II - Assumir cargo de Direção;
- III - Exercer funções de Supervisão, Coordenação ou outras no Órgão Municipal de Educação.

**CAPÍTULO IV**

**Das Remoções**

Art. 37 - Entende-se por remoção a passagem do Docente de uma Unidade Escolar para outra.

Art. 38 - A remoção poderá ser feita por solicitação do interessado ou a critério da administração municipal visando sempre os interesses do ensino.



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

12.

Art. 39 - Não será efetuada remoção:

- I - Para unidade Escolar onde não haja aluno;
- II - Para a sede, de professor localizado em Zona Rural;
- III - Para a Zona Rural, do professor localizado na sede, salvo quando a pedido;
- IV - Do professor cujo exercício na unidade escolar seja inferior a dois anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - As proibições previstas nos itens II e IV não se aplicam a remoção mediante permuta.

Art. 40 - As remoções deverão ser registradas preferencialmente durante o recesso escolar.

TÍTULO VII

Dos Deveres e Proibições Especiais

CAPÍTULO I

Dos Deveres Especiais

Art. 41 - Os integrantes do Magistério, além das atribuições dos seus respectivos cargos ou empregos e dos deveres concernentes aos servidores deste Município deverão:

- I - Respeitar o horário e o Calendário Escolar;
- II - Participar de programas de treinamento, quando convocados;



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

13.

- III - Orientar e/ou programar as atividades Docentes;
- IV - Acompanhar, controlar e avaliar as atividades educacionais desenvolvidas na Escola;
- V - Cumprir as determinações do Órgão Municipal de Educação.

**CAPÍTULO II**

**Das Proibições Especiais**

Art. 42 - Aos integrantes do Magistério Público Municipal é vedado:

- I - Afastar-se de suas funções antes da concessão da licença requerida;
- II - Suspende as aulas ou atividades educativas sem autorização do Órgão Competente;
- III - Ceder o prédio para execução de atividades extraescolares sem permissão das autoridades competentes;
- IV - Utilizar o local de trabalho para realização de atividades particulares;
- V - fazer críticas a colegas de trabalho ou às autoridades.

**CAPÍTULO III**

**Das Penalidades**



Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

14.

Art. 43 - Os servidores do Magistério estão sujeitos as penalidades previstas:

- I - Nas Leis Municipais;
- II - No Regimento do Órgão Municipal de Educação;
- III - Na Consolidação das Leis do Trabalho.

**TÍTULO VIII**

**Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art. 44 - Os cargos do Magistério serão providos de acordo com o número de vagas criadas por Lei Municipal e de acordo com as necessidades da Rede de Ensino.

Art. 45 - Na aplicação da presente Lei deverá ser examinada a situação particular de cada atual servidor, a fim de serem respeitados os direitos adquiridos.

Art. 46 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta das verbas destinadas a educação no Orçamento Municipal e das oriundas da celebração de convênios.

Art. 47 - As disposições omissas e os casos específicos serão regulamentados em Legislação suplementar.

Art. 48 - Fica revogada a Lei nº 09/87, integralmente.



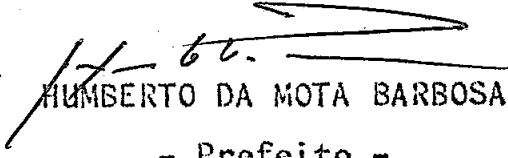
Estado de Pernambuco

**Prefeitura Municipal do Surubim**

15.

Art. 49 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município do Surubim, em 14<sup>o</sup>  
de junho de 1989.

  
HUMBERTO DA MOTA BARBOSA

- Prefeito -